



Ata dos trabalhos da Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Nova Lima. No dia nove de setembro de dois mil e quatorze, às dezoito horas e quinze minutos, reuniu-se a Câmara em sua Sede, achando-se constituída a Mesa pelos senhores vereadores: Nélio Aurélio de Souza – Presidente, Alessandro Luiz Bonifácio – Vice-Presidente e Silvânio Aguiar Silva – Secretário. Sob a proteção de Deus, o Senhor Presidente abriu os trabalhos e solicitou a chamada dos vereadores presentes; constatando-se a existência de número legal conforme as assinaturas apostas no livro próprio, verificando-se a presença de todos os vereadores. O Senhor Presidente comunicou que as Atas da Reunião Extraordinária do dia vinte e nove de agosto e da Reunião Ordinária do dia dois de setembro de dois mil e quatorze foram encaminhadas aos gabinetes para os vereadores conferirem-nas. Colocou-as em discussão; nenhum vereador se manifestou. O Plenário aprovou as Atas. O Senhor Presidente disse: “eu queria fazer um comentário porque tem várias pessoas que me procuraram, inclusive alguns estão no Plenário, e eu não vou querer que essas pessoas fiquem aqui até o final da reunião. Vou falar, se os vereadores me permitem, somente dois minutos. Eu vou fazer um requerimento no final desta reunião porque não é o momento certo agora, pedindo à Secretaria de Habitação que encaminhe a esta Casa todas as pessoas que foram contempladas pelos apartamentos de Bicalho porque já existem denúncias de pessoas que não precisam ter o imóvel porque tem outro imóvel, tem situação financeira boa. Se isto estiver acontecendo é uma desonestidade que está fazendo com o povo que precisa dessas moradias. Só estou adiantando que eu vou fazer o requerimento no final



porque não é o momento certo. Estou fazendo porque, às vezes, as pessoas que estão aqui querem ir embora, querem ir para as suas casas, podem ir porque eu vou fazer este encaminhamento. Vou pedir o encaminhamento de todas as cento e oitenta pessoas que foram contempladas com as casas populares lá. Porque aí esta Casa..., eu tenho interesse, se os vereadores também tiverem interesse, vai estar aqui o material que a Secretaria de Habitação vai encaminhar e ali nós vamos saber se as pessoas que foram contempladas merecem mesmo, têm condições de ter estas casas. Até porque já chegaram umas quatro denúncias de que tem gente que vai alugar o imóvel. Então, eu vou deixar este debate para o final”. O vereador José Guedes afirmou: “Senhor Presidente, têm denúncias na rua já, pessoas que têm casa estão na listagem”. O Senhor Presidente falou: “inclusive, tem uma pessoa, que não quero citar o nome aqui, que está levando a carta, entrega a pessoa e fala ‘você foi contemplada’. Que coisa boa, eu também queria isso”. O vereador Silvânio Aguiar Silva registrou: “eu também recebi várias denúncias neste sentido, de pessoas que já têm casa, inclusive em Honório Bicalho, e que receberam a casa, segundo o que me falaram, vão alugar a casa que moram para ir para o apartamento. Isto é extremamente errado. O governo, com certeza, vai ter que fazer esta revisão aí porque nós vamos ter que provocar”. O vereador Fausto Niquini Ferreira disse: “por outro lado, eu tenho recebido também lá pessoas que tem ido lá no meu consultório pedir para eu fazer relatório. Por exemplo, paciente com deficiência física, visual principalmente, tem preferência. Eu já recebi lá seis. Então, acho que temos que avaliar bem”. O Senhor Presidente afirmou: “vai encaminhar a



relação e aí a gente faz uma avaliação aqui na Câmara de todos esses nomes. E os nomes que a gente entender que não precisam, comunica ao Executivo, ele tem que tomar providências”. O Senhor Secretário proferiu leitura da correspondência recebida: Ofício do Presidente do PSL – Nova Lima, Luciano Vitor Gomes - Luck. O Partido Social Liberal, através de seu Presidente Luciano Vitor Gomes, Luck, apresenta o seu líder de bancada, o ilustre vereador Leci Alves Campos. Continuando, o Senhor Presidente solicitou a leitura das proposições que deram entrada na Casa: 1) Projeto de Decreto Legislativo nº 253/2013, autoria dos vereadores Nélio Aurélio de Souza e Flávio de Almeida, que “Concede Título de Cidadão Honorário de Nova Lima ao Sr. Fernando José de Moraes”. Encaminhado à Comissão Especial designada pelo Senhor Presidente, composta pelos vereadores Maria Ângela Dias Lima Pereira, Leci Alves Campos e Gilson Antônio Marques, para emissão de parecer; 2) Projeto de Decreto Legislativo nº 291/2014, autoria da vereadora Maria Ângela Dias Lima Pereira, que “Concede o Título de Cidadania Honorária à pessoa que indica e contém outras providências” – Capitão PMMG Rodrigo Piassi do Nascimento. Encaminhado à Comissão Especial designada pelo Senhor Presidente, composta pelos vereadores André Luiz Vieira da Silva, Silvânio Aguiar Silva e Fausto Niquini Ferreira, para emissão de parecer; 3) Projeto de Decreto Legislativo nº 292/2014, autoria do vereador Flávio de Almeida, que “Concede Título de Cidadão Honorário de Nova Lima ao Sr. Dr. Castellar Modesto Guimarães Filho”. O vereador Flávio de Almeida permitiu que os vereadores Nélio Aurélio de Souza e Maria Ângela Dias Lima Pereira assinassem o referido



projeto. Encaminhado à Comissão Especial designada pelo Senhor Presidente, composta pelos vereadores Fausto Niquini Ferreira, José Guedes e Alessandro Luiz Bonifácio, para emissão de parecer; 4) Projeto de Lei nº 1.474/2014, autoria do vereador Silvânio Aguiar Silva, que “Dá denominação à via pública que menciona, além de dar outras providências” – Rua Diomar Maria dos Santos. Retirado de pauta pelo autor. Prosseguindo, o Senhor Presidente solicitou a leitura: 1) Parecer da Comissão de Orçamento, Finanças e Tomada de Contas referente ao Projeto de Lei nº 1.454/2014, que “Dispõe sobre o controle da reprodução de cães e gatos no Município de Nova Lima”. A comissão emitiu parecer favorável à tramitação do projeto; 2) Parecer da Comissão de Serviços Públicos Municipais referente ao Projeto de Lei nº 1.466/2014, que “Dispõe sobre a obrigatoriedade de profissional da área de enfermagem (Auxiliar de Enfermagem) nas unidades Centro Educação Infantil no Município de Nova Lima”. A comissão emitiu parecer favorável à tramitação do projeto; 3) Parecer da Comissão de Serviços Públicos Municipais referente ao Projeto de Lei nº 1.467/2014, que “Dá denominação à via pública que menciona, além de outras providências” – Rua José Ferreira Neto”. A comissão emitiu parecer favorável à tramitação do projeto; 4) Parecer da Comissão de Serviços Públicos Municipais referente ao Projeto de Lei nº 1.468/2014, que “Dá denominação à via pública que menciona e dá outras providências” – Rua Mário Pereira Silva. A comissão emitiu parecer favorável à tramitação do projeto; 5) Parecer da Comissão de Serviços Públicos Municipais referente ao Projeto de Lei nº 1.470/2014, que “Institui o Fundo Municipal de Preservação do Patrimônio Cultural e



dá outras providências”. A comissão emitiu parecer favorável à tramitação do projeto;

6) Parecer da Comissão de Legislação e Justiça referente ao Projeto de Lei nº 1.471/2014, que “Regulamenta a Lei Federal nº 12.987/14 no âmbito municipal e institui o dia 25 de Julho como Dia Municipal de Tereza de Benguela e da Mulher Negra, incluindo-o no Calendário Oficial do Município”. A comissão emitiu parecer favorável à tramitação do projeto, que foi encaminhado à Comissão de Serviços Públicos Municipais; 7) Parecer da Comissão de Legislação e Justiça referente ao Projeto de Lei nº 1.472/2014, que “Institui o Dia Municipal do Comerciarío”. A comissão emitiu parecer favorável à tramitação do projeto, que foi encaminhado à Comissão de Serviços Públicos Municipais; 8) Parecer Conjunto das Comissões de Legislação e Justiça; Serviços Públicos Municipais; Orçamento, Finanças e Tomada de Contas referente ao Substitutivo ao Projeto de Lei nº 1.473/2014, que “Ratificam todas as cláusulas do Termo Aditiva do Acordo Coletivo de Trabalho 20014/2015, além de dar outras providências”. As comissões emitiram parecer favorável à tramitação do projeto. O vereador Flávio de Almeida falou: “eu me equivoquei, pela primeira vez, durante muitos anos, eu, no assinar diversos projetos, este parecer foi feito hoje, como eu estava viajando, eu achei que estava assinando um outro projeto, e eu estou retirando a minha assinatura deste parecer”. O Senhor Presidente anunciou que a assinatura do vereador Flávio de Almeida será retirada deste parecer. O vereador Flávio de Almeida registrou: “Senhor Presidente, o motivo: estava viajando, eu acompanho sempre a feitura dos pareceres, não acompanhei, chegaram aqui oito projetos, eu fui lendo e este



projeto entrou no meio, então...”. O Plenário consultado pelo Senhor Presidente, conforme solicitação da vereadora Maria Ângela Dias Lima Pereira, dispensou os interstícios para a votação deste projeto. O Senhor Presidente concedeu vista do Projeto de Lei nº 1.473/2014 ao vereador Flávio de Almeida conforme solicitação feita pelo mesmo. Dando continuidade, o Senhor Presidente colocou em discussão e votação:

- 1) Projeto de Lei nº 1.457/2014, que “Declara de Utilidade Pública a entidade que menciona e contém outras providências” – Associação Comunitária de Moradores Bairro Vila Passos. Em segunda e última votação, aprovado por dez votos e encaminhado à sanção;
- 2) Projeto de Lei nº 1.459/2014, que “Autoriza o Poder Executivo Municipal a criação da Guarda Civil Municipal Ambiental e contém outras providências”. Em segunda e última votação, aprovado por dez votos e encaminhado à sanção;
- 3) Projeto de Lei nº 1.460/2014, que “Institui o Programa Municipal de Assistência Técnica à Habitação de Interesse Social no Município de Nova Lima, além de dar outras providências”. Em primeira votação, aprovado por dez votos;
- 4) Projeto de Lei nº 1.461/2014, que “Cria o Conselho Municipal de Habitação de Interesse Social, CMHIS, além de dar outras providências”. Em primeira votação, aprovado por dez votos;
- 5) Projeto de Lei nº 1.464/2014, que “Retifica o caput do artigo 16 da Lei Municipal nº 2.298, de 01/11/2012, além de dar outras providências”. Em segunda e última votação, aprovado por dez votos e encaminhado à sanção;
- 6) Projeto de Decreto Legislativo nº 288/2014, que “Concede Título de Cidadão Honorário de Nova Lima ao Sr. Waltencyr Teófilo José de Souza”. Em primeira e única votação, aprovado por dez



votos e encaminhado à promulgação; 7) Projeto de Decreto Legislativo nº 289/2014, que “Concede Título de Cidadania Honorária de Nova Lima ao Sr. Wellington Luiz Osterno Duarte”. Em primeira e única votação, aprovado por dez votos e encaminhado à promulgação; 8) Projeto de Decreto Legislativo nº 290/2014, que “Concede Título de Cidadão Honorário de Nova Lima ao Dr. Aureliano Carneiro Barreiros”. Em primeira e única votação, aprovado por dez votos e encaminhado à promulgação. Na sequência, o Senhor Presidente colocou em discussão e votação os requerimentos: 1) Do vereador Alessandro Luiz Bonifácio: Requer que esta respeitosa Casa envie moção de aplausos para o Grupo Peladeiros do Amanhecer pelos seus 50 anos de história. Aprovado, dez votos. 2) Do vereador Leci Alves Campos: Requer ao Prefeito Municipal a sinalização de placas indicativas de acesso a Belo Horizonte. Aprovado, dez votos. 3) Do vereador Alessandro Luiz Bonifácio: Requer ao Prefeito Municipal uma fiscalização intensa sobre as empresas de telefonia e canais fechados instalados em Nova Lima e, se confirmada a irregularidade, que sejam autuadas pela prefeitura. Aprovado, dez votos. 4) Do vereador Leci Alves Campos: Requer ao Senhor Presidente envie moção de pesar à família enlutada da Sra. Efigênia Raimunda de Assis, em nome da sua filha Sra. Marlene de Assis Datto, residente e domiciliada à Rua Inácio Izidro, 144, Bairro Retiro em Nova Lima. O vereador Leci Alves Campos permitiu que a vereadora Maria Ângela Dias Lima Pereira e o vereador Fausto Niquini Ferreira assinassem a referida moção. Aprovado, dez votos. 5) Do vereador Alessandro Luiz Bonifácio: Requer ao Prefeito Municipal a instalação de um Posto de Saúde no Bairro Monte Castelo. Aprovado, dez



votos. 6) Do vereador Leci Alves Campos: Requer ao Senhor Presidente envie moção de pesar à família enlutada da Sra. Maria Nazaré Amorim, em nome da sua filha Sra. Margarida Amorim Silva, residente e domiciliada à Rua Antônio Manuel, 83, Bairro Centro em Nova Lima. O vereador Leci Alves Campos permitiu que a vereadora Maria Ângela Dias Lima Pereira assinasse a referida moção. Aprovado, dez votos. O vereador Flávio de Almeida propôs requerimento verbal: “Senhor Presidente, o requerimento é o seguinte texto: que o Executivo autorize a empresa Via Ouro a mudar o ponto final do ônibus que liga a sede ao Jardim Canadá, ou seja, hoje faz o ponto final no trevo do Galo, este ponto final vai passar a sair de Santa Rita, fazendo o itinerário pegando Bicalho, Bela Fama e ligando o itinerário atual deles hoje. Se o vereador Silvânio e o vereador Gilson quiseram assinar porque são da região”. O Senhor Presidente disse: “eu também vou assinar com a Sua Excelência, se permitir”. Aprovado, dez votos. O vereador Silvânio Aguiar Silva propôs requerimento verbal: “Senhor Presidente, meu requerimento é o seguinte, na verdade, o ano passado eu já até fiz este requerimento aqui, quero repeti-lo hoje outra vez. Nós solicitamos que a Administração Municipal fizesse o asfaltamento numa rua em Honório Bicalho perto da Praça da Estação ali; é uma rua que é ocupada. Eu tinha feito esse requerimento e estava esperando porque me disseram que lá é uma ocupação, não é legalizado. Só que hoje conversando com o prefeito, todos os vereadores que estavam lá presenciaram, o prefeito nos disse que está sem lugar para colocar asfalto em Nova Lima. E aí, Senhor Presidente, senhores vereadores, isso me preocupa muito porque quando tem uma ocupação, o município





realmente tem que atuar, tem que fiscalizar e tem que acompanhar. Agora, já que não atuou, já que não fiscalizou e a ocupação está lá sedimentada já, as pessoas têm água, têm luz, têm telefone, têm todos os serviços da Administração; deixar aquele povo ali na terra e na poeira como estão, eu acho que é desumano. Então, neste sentido, eu gostaria muito que o Diego pudesse me ajudar ao elaborar este nosso requerimento e que encaminhasse para a Administração esta solicitação de asfaltamento, no máximo cinquenta, cem metros, lá em Honório Bicalho perto da Praça da Estação, a rua não tem nome, é inominada. A gente gostaria que a Administração..., eu suplico aqui o apoio dos nobres pares para que a gente possa aprovar este requerimento”. Aprovado, dez votos. O vereador Flávio de Almeida propôs outro requerimento verbal: “Senhor Presidente, o requerimento é no mesmo sentido, que o Executivo autorize a empresa Via Ouro a mudar o itinerário de ônibus dela, do Circular que liga Água Limpa ao Bairro Jardim Canadá. Se o senhor quiser assinar”. O Senhor Presidente afirmou: “com o maior prazer, vou assinar; obrigado vereador”. Aprovado, dez votos. O vereador André Luiz Vieira da Silva propôs requerimento verbal: “eu queria fazer, na verdade, uma moção de aplausos e uma de pesar. De aplausos para os profissionais da educação da Escola Emília de Lima, que foram primeiro lugar no IDEB de 2013 e são verdadeiros heróis da resistência porque as condições da escola são precárias, esse é o pesar. Na verdade, eu vou deixar primeiro o senhor colocar em votação a moção de aplausos a todos os profissionais da Escola Emília de Lima”. O vereador Silvânio Aguiar Silva falou: “eu gostaria de solicitar à Vossa Excelência que me permitisse assinar esta moção de aplausos



juntamente com o senhor, uma vez que minha filha estuda lá. Realmente, a gente fica muito satisfeito com este resultado do IDEB porque apesar da fala do senhor, que eu acho que é pertinente, das condições precárias da estrutura do prédio da escola, as condições de estrutura humana lá são muito boas, os profissionais, realmente, são nota dez. Então, se o senhor me permitir, eu vou ficar muito feliz por assinar junto com o senhor”. O vereador André Luiz Vieira da Silva permitiu que o vereador Silvânio Aguiar Silva assinasse o requerimento. Aprovado, dez votos. O vereador André Luiz Vieira da Silva propôs outro requerimento verbal: “na verdade, quando eu falo que é pesar é porque esta mesma escola tem um pátio; este pátio era usado para o recreio porque não tem quadra, inclusive, nós fomos lá em comissão para tentar conversar. Na época, Flávio Menicucci até foi com a gente e tudo, que era o Secretário da época. E aquela escola requer um cuidado especial porque é a primeira escola de Nova Lima. Até a sua reforma tem que ser de uma forma diferenciada. Então, chegaram lá, esburacaram, começaram uma obra destruindo o pátio, que já é aqueles pátios com aquelas pedras, aqueles bloquetes de concreto, que já era complicado para as crianças terem ali um momento de lazer na hora do recreio. Esburacaram tudo, jogaram material lá e o negócio está parado lá, chega a ser um absurdo. Quer dizer, além de não fazer a quadra, tiraram o único espaço que as crianças tinham para brincar. Então, é uma pouca vergonha, por isto que eu digo que os profissionais de lá são heróis da resistência porque com todas as adversidades, com toda falta de atenção que aquela escola recebe, eles ainda conseguem ser bem colocados no IDEB. Então, está de parabéns a escola. É uma



moção de pesar para o Executivo, e eu queria esta informação do Executivo: porque a obra está parada? Quando é que ela vai ser retomada? Porque se não é para fazer a quadra nova, então, coloca lá do jeito que estava. E esta empresa que estava responsável por lá, que eu não acredito que seja o Pátio, acho que era uma empresa que estava sendo contratada para fazer a obra lá que está parada”. O vereador Alessandro Luiz Bonifácio solicitou: “é só pedir ao vereador que fizesse a solicitação ao Secretário de Educação porque o Executivo talvez nem saiba disso. Eu vou votar com Vossa Excelência, mas para pedir explicação ao Secretário porque talvez o Executivo não saiba desta obra parada lá”. André Luiz Vieira da Silva registrou: “é nesta de não saber que o município está indo para o buraco porque o Secretário de Educação faz parte da equipe que administra a cidade”. O Senhor Presidente disse: “vereador, o teor do requerimento é de Sua Excelência. O vereador pediu a palavra para discutir em termos do Executivo que não sabe disso, isso é outra matéria. Vou pôr em discussão, o teor vai ser votado na íntegra como a Sua Excelência pediu. Se o vereador quiser, ele vota a favor ou contra ou se abstém”. Requerimento aprovado por nove votos, com a abstenção do vereador Alessandro Luiz Bonifácio. A vereadora Maria Ângela Dias Lima Pereira afirmou: “Senhor Presidente, aproveitando a fala do vereador André Vieira a respeito do IDEB, eu quero cumprimentar a Secretaria Municipal de Educação porque Nova Lima, novamente, é primeiro lugar no IDEB da região metropolitana de Belo Horizonte”. O Senhor Presidente falou: “obrigado, vereadora. Obrigado pela cidade de Nova Lima, Sua Excelência tem muita contribuição nisso também porque é da área de educação”. O



vereador André Luiz Vieira da Silva registrou: “confesso que quando eu falo requerimento para o prefeito é porque, na verdade, a Secretaria de Educação, quando envolve uma obra, aí é a Secretaria de Obras que executa. Então, na verdade, está na Secretaria de Educação, mas nem é responsabilidade porque o Secretário de Educação não cuida desta parte. Então, a responsabilidade é do Executivo”. O vereador Leci Alves Campos disse: “vereador André, todos os meus requerimentos e a maioria dos requerimento que eu tenho observado aqui que são votados nesta Casa são direcionados ao Executivo. O Secretário é subordinado ao Executivo, então, está correto o seu requerimento. Ele é solicitado ao prefeito e o prefeito faz o encaminhamento à Secretaria, no caso, da pasta inerente”. O Senhor Presidente afirmou: “infelizmente nós temos que discutir requerimento sim, mas ele não acontece, não acontece nada, então, deixa para lá”. O Senhor Presidente propôs requerimento verbal: “vou fazer um requerimento pedindo à Secretaria de Habitação que encaminhe todos os nomes do Conjunto Padre João Marcelino. Estou pedindo para ela encaminhar, mas já está no jornal o nome de todo mundo, nós já vimos isso aí. Mas eu quero que faça o direcionamento para a Secretaria de Habitação e de Assistência Social porque a hora que ela encaminhar da Habitação quem foi contemplado, eu quero, porque a Secretaria de Assistência Social tem a norma, como funciona para passar esses imóveis às pessoas que necessitam. Quem tem é a Secretaria de Assistência Social. Porque depois vai falar que não pode, como já aconteceu na Casa aqui, dar informações das pessoas. Mas eles têm cadastro lá sim. Assim que a Secretaria de Habitação encaminhar os nomes, eu



quero que a Secretaria de Assistência Social encaminha e que também nos dá a norma que usa para essas pessoas adquirirem as suas casas populares porque pelo jeito que está aí na praça, parece que não mudou nada. Não mudou nem no Gaia quando foi. Tinha nego naquele conjunto antigo do Gaia, quem era vereador aqui, o vereador Flávio estava aqui em 2000, que o pau quebrou aqui, num português bem claro. Gente ganhou casa lá e tinha casa aqui em baixo alugada. Não mudou também naquelas casinhas lá em baixo. E parece que a história já está aqui no João Marcelino do mesmo jeito. As pessoas que estão na fila lá, que precisam... Eu tenho vergonha de uma pessoa na rua falar ‘vereador, me ajuda lá para arrumar casa para mim’. Não me peça não porque eu não vou ajudar. Aquilo lá é uma ordem de fila que é uma covardia se passar por cima das pessoas necessitadas. Aquilo é uma tremenda de uma covardia. Eu espero que a Secretaria de Assistência Social encaminhe todos os nomes e as qualificações financeiras que a pessoa tem, a qualificação se a pessoa tem algum imóvel ou não tem. Ela tem isto tudo lá porque ela faz esta triagem. Nós queremos isso aqui porque dessas cento e oitenta casas, no mínimo, deve ter umas trinta, quarenta casas aí que tem pessoas que não precisam disso. Está deixando de dar casa para quem necessita e está morando em situação de aluguel. Deprimente em Nova Lima porque é só correr os bolsões de Nova Lima que você vai achar gente pobre demais. Porque Nova Lima é uma cidade assim, você só acha pobreza se você andar nela. Chega lá no BH Shopping, chega ali na chegada de Macacos, chega na chegada desses shoppings todos aí, não vê nada, mas vai andar que você vai ver a necessidade. Então, o requerimento é baseado nisso”. O



vereador Leci Alves Campos propôs: “Senhor Presidente, eu gostaria de solicitar à Vossa Excelência para eu também assinar esse requerimento e quero até te fazer uma outra sugestão para crescer mais ainda o valor deste requerimento. Eu também já fui procurado por pessoas que estão denunciando que proprietários de imóveis foram contemplados. E um outro problema também, Senhor Presidente, que esta Casa tem que acompanhar e a gente já pode solicitar neste requerimento, além dos critérios para a classificação dos moradores, é que seja enviada a minuta da convenção de condomínio porque lá vai ser um espaço de moradia multidisciplinar, quer dizer, são várias pessoas que vão morar lá. Então, tem que ter a convenção de condomínio para evitar o problema que o pessoal do Oswaldo Barbosa Pena está tendo”. O Senhor Presidente falou: “vereador, o projeto aprovado pela Caixa..., eu até estou estranhando isso que Sua Excelência está falando porque é obrigado a ter convenção de condomínio”. O vereador Leci Alves Campos registrou: “eu sei; eu quero é que nos mande uma cópia. Eu sei que Minha Casa Minha Vida tem, eu quero é cópia”. O Senhor Presidente disse: “porque senão a Caixa nem financia o imóvel se não tiver a convenção de condomínio. Mas vou pedir no requerimento”. O vereador Silvânio Aguiar Silva afirmou: “Senhor Presidente, eu quero parabenizá-lo por esta ação. Como o senhor já sinalizou que não tem problema a gente assinar juntos, gostaria de assinar este requerimento junto e dizer que talvez fosse interessante que formássemos uma comissão aqui na Câmara para fazer este acompanhamento. E não é desconfiando, de maneira nenhuma, dos profissionais da Secretaria de Habitação. O senhor falou de Serviço Social, Desenvolvimento Social,



mas é a Secretaria de Habitação e lá tem o Serviço Social que fez esse acompanhamento”. O Senhor Presidente falou: “mas quem tem a triagem toda é a Secretaria de Assistência Social”. O vereador Silvânio Aguiar Silva registrou: “é Assistente Social muito possivelmente na Secretaria de Habitação. Muito possivelmente é isso. A gente sabe, eu tenho aqui, não vou ficar falando nome, até porque não é ético fazer isso, mas eu tenho pessoas que estão dizendo ‘a pessoa tem uma casa, mora numa casa de herança, os irmãos estão construindo um prédio, ela vai alugar este prédio para morar na casa’. Tem outras denúncias que chegam para a gente e eu acho que para não ser injusto com os profissionais da Secretaria de Habitação, a gente tinha que ter aqui para não ficar julgando, ter aqui uma comissão que pudesse apurar. E aí, eu acho que a gente valoriza até a Câmara no sentido de deixar um canal aberto com a população, que a população possa nos procurar aqui, enquanto instituição, para fazer essa fiscalização e esse acompanhamento. Se acrescenta no requerimento do senhor, eu gostaria que esta comissão fosse formada. Não sei se seria o caminho, mas penso que seria interessante”. O vereador Alessandro Luiz Bonifácio disse: “Senhor Presidente, eu gostaria também de parabenizar pelo requerimento. Só não posso ser injusto aqui, eu acho que os nomes que saíram dos Bairros Cruzeiro e Nossa Senhora de Fátima, eu sou testemunha, tem mãe de família lá que está na lista, que mora em um cômodo. Tem outra que mora em dois cômodos, que tem seis filhos. Tem uma que nem banheiro tem na casa. Então, eu também queria parabenizar o Presidente, mas queria parabenizar também a Secretaria de Habitação que eu sei que foi justa. Claro que a Secretaria de Habitação, não tem como,



tem gente que vai sempre passar a perna. Então, o vereador Silvânio foi muito feliz em montar uma comissão, quem sabe nós podemos trabalhar nessas reclamações que estão tendo? Quero aqui deixar os parabéns para a Secretaria de Habitação, eu vi esta lista no Cruzeiro, são oito moradores do Cruzeiro e eu emocionei quando eu vi esta lista quinta-feira, são merecedores, parabéns”. O vereador José Guedes afirmou: “eu quero adiantar para o vereador Coxinha, Cruzeiro oito, mas são cento e oitenta que serão contemplados. Quero dizer também que no Alto do Gaia alugaram e venderam as casas. No Paulo Gaetani tiveram o descaramento de colocar placas ‘aluga-se’ e ‘vende-se’. Todos nós sabemos disso. Eu também recebi algumas denúncias que pessoas têm casas, eu denunciei no mandato passado uma pessoa do Morro das Pedrinhas, mudou da casa e alugou a casa. O que aconteceu? Nada, ela ganhou a casa. Isso não pode acontecer, isso é um absurdo. A prefeitura é responsável sim, tem inúmeras pessoas trabalhando neste projeto, eles têm que ir a fundo, procurar saber. Outra dia uma senhora me procurou aqui na Câmara, semana passada, chorando; ela tem cinco filhos, um doente que frequenta a Escola Ana Nascimento. Ela recebe seiscentos reais, cuida da casa, não tem marido e paga de aluguel seiscentos reais. Fiz um ofício para o prefeito, falei ‘isto não é do meu feitio chegar aqui e pedir casa para ninguém, mas eu pediria ao senhor, ela tem duas inscrições que se eu fosse a fundo e tal...’. Ele me falou que já tem a listagem... Então, eu fico sem saber, a inscrição vale ou não vale? Esta senhora tem duas inscrições. E o pior é que ela não pode trabalhar porque é obrigada a olhar o filho dela; ela não tem como pagar uma empregada. Então, é uma pessoa necessitada. Eu fiquei estarecido





com a situação dela porque se ela pudesse sair para trabalhar, era mais um salário em casa. Então, eu sou testemunha, conheço a casa dela. Nós temos que ir a fundo, a Câmara tem que olhar; lutarmos para não ter nenhuma casa injusta naquele local porque me falaram, ouvi um comentário que vão construir mais. Tem uns vigaristas aqui em Nova Lima que já ganharam casa no passado e estão na boca aí. Eu vou até na polícia, vou na polícia saber porque não aguento isso mais, ver uma situação da Dona Luzia”. A vereadora Maria Ângela Dias Lima Pereira falou: “Senhor Presidente, esta é uma lista das famílias pré-selecionadas...”. O Senhor Presidente registrou: “só explicar a Sua Excelência, eu tenho informação que já tem gente indo na casa, entregue a carta que foi contemplada”. A vereadora Maria Ângela Dias Lima Pereira disse: “eu acho que é prudente que a gente olhe isso mesmo porque está no jornal a informação de que é lista de pré-selecionados. Nós temos até dez dias de prazo para poder denunciar. As denúncias podem ser feitas anônimas ou a pessoa pode se identificar. Cabe à Secretaria de Habitação, através do seu corpo técnico e jurídico, buscar informações se realmente procede ou não aquela denúncia”. O Senhor Presidente afirmou: “vereadora, eu tenho uma denúncia aqui na minha mão, com protocolo, que tem uma pessoa que já foi contemplada e que ela não precisa. Então, uma eu já tenho”. A vereadora Maria Ângela Dias Lima Pereira falou: “ótimo, é isso aí, porque aí a gente tem que denunciar, vai ser analisado pela equipe da Secretaria de Habitação e deve dar transparência naquilo que for resolvido lá; a denúncia se foi aceita ou não, se é verídica ou não. Eu acho que cabe à Secretaria de Habitação fazer um laudo...”. O Senhor Presidente registrou: “vai ser



tudo averiguado, sem nenhuma leviandade acusando ninguém. Eu só estou fazendo um requerimento...”. A vereadora Maria Ângela Dias Lima Pereira esclareceu: “Senhor Presidente, eu não sou contra o requerimento de senhor. Acho que esta Casa tem obrigação de estar atenta a isso. Nós temos critérios, os critérios nós temos que seguir sim, tem que ser analisado se foram realmente analisados os critérios. Critério a nível nacional, critério a nível municipal, aqueles grupos que têm prioridades, quotas estabelecidas para eles. Está certíssimo, Senhor Presidente. Só que a gente tem que ter esse cuidado, realmente, de verificar se há legalidade ou não na seleção que já está pré-estabelecida pela Secretaria de Habitação”. O vereador José Guedes disse: “eu gostaria de assinar com o senhor. Tem uma casa no Matadouro que a dona tem casa e ela vai ganhar casa lá”. O Senhor Presidente afirmou: “a Sua Excelência pode assinar. Eu quero explicar que também eu tenho aqui uma..., mas eu não posso falar também que é verdadeira. Eu vou oficializar se é realmente verdadeira. Nós estamos aqui só propondo um requerimento que foi encorpado por alguns vereadores, no caso o vereador Silvânio, Leci e a Sua Excelência...”. A vereadora Maria Ângela Dias Lima Pereira falou: “eu gostaria de sugerir ao senhor que este requerimento fosse de toda a Casa”. O Senhor Presidente registrou: “está bom, o vereador tem que querer, se todos quiserem assinar, está aí para assinar. A gente tem que fazer a coisa certa e com responsabilidade. Eu não sei, eu até retiro o meu requerimento se os vereadores quiseram que faça uma comissão para verificar isto; para mim não tem problema”. A vereadora Maria Ângela Dias Lima Pereira disse: “o senhor tem que deixar o requerimento”. O Senhor Presidente afirmou:



“esta comissão vai ser feita e instalada na Casa, não é isso? As pessoas que se sentirem prejudicadas vêm aqui e fazem a denúncia. Nós temos dez dias, precisa que os meios de comunicação também se comuniquem porque senão a pessoa fica lá, foi prejudicada e não sabe nada”. O vereador José Guedes sugeriu: “Senhor Presidente, o senhor podia anunciar no jornal da Câmara”. O Senhor Presidente falou: “vou pedir para a Câmara pôr, vou ver com o Procurador qual é o texto mais conveniente e aí a verdade vai aparecer; aparecendo, fazer o que? Isto é importante para a comunidade, viu Juliana? Eu vou nomear a comissão, os vereadores têm que entender que isso é um trabalho da Casa, não é da comissão porque senão... é um trabalho da Casa. Eu não vou nomear quantidade, todos que quiserem participar podem participar. De início três, mas todos que quiserem participar podem participar. Eu acho que é assim que tem que ser feito, até para não dar um pouquinho de estresse depois, no final disso. Vou nomear três, aí depois vai um vereador para o jornal e fala que ele está resolvendo isso tudo. Deixa a Casa resolver isso tudo que é melhor. Agora, o vereador que quiser trabalhar mais, a Juliana vai pôr no jornal essa semana, as pessoas que se sentirem lesadas podem vir aqui fazer a denúncia, inclusive apontar quem conseguiu a residência e não há necessidade porque tem casa própria ou tem situação financeira boa. Qualquer vereador pode tratar disso aqui na Casa. É evidente que vocês irão se entender aqui e vão se unir para resolver isso. Vou votar o requerimento com a assinatura de toda Casa e com a sugestão do vereador Silvânio, Leci e de quem quiser encorpar o requerimento”. Requerimento aprovado por oito votos. O vereador Fausto Niquini Ferreira registrou: “eu acho que é



interessante também nós sabermos quais os critérios que estão sendo usados. Eu sei que pessoas com deficiência física têm prioridade, mas quantos por cento? Quantas casas? Eu tenho certeza que aqui em Nova Lima tem mais de trezentas pessoas com deficiência física. Então, que critérios são esses?”. O Senhor Presidente informou: “me parece, vereador, que os deficientes têm preferência, mas, por exemplo, se tem cem casas não podem ser cem deficientes. Ele tem percentual dentro do...”. O vereador Fausto Niquini Ferreira disse: “baseado em quê eles vão escolher esses deficientes?”. O Senhor Presidente afirmou: “Nova Lima está até melhorando porque estamos discutindo casa popular, não existia isso aqui”. O vereador Fausto Niquini Ferreira falou: “Senhor Presidente, solicitando o senhor uma prioridade, juntamente com o pessoal da Comunicação, para que agendasse com certa urgência a audiência pública de concessão de novas placas de taxi porque eu já vou completar dois anos de nosso mandato e há dois anos que a gente comenta aqui essa concessão de placas e até hoje não foi feito nada”. O Senhor Presidente registrou: “eu e o vereador Flávio temos interesse demais nisso, na região noroeste. Pode sugerir a data”. O vereador Fausto Niquini Ferreira solicitou: “vamos aqui, nós vereadores, dar um presente para os nova-limenses este ano? Vamos dar um presente para os nova-limenses este ano, de conseguirmos até o final do ano pelo mais umas quarenta concessões de placas de taxi em Nova Lima”. O Senhor Presidente anunciou que a audiência pública seria realizada no dia vinte e cinco de setembro. O vereador Leci Alves Campos disse: “Senhor Presidente, só para lembrar que a Comissão de Participação Popular tem que estar presente”. O Senhor Presidente



afirmou: “eu sei que eu vou estar aqui, viu vereador, porque eu trabalhei muito para essas placas no Jardim Canadá”. O vereador Leci Alves Campos falou: “mas isso faz parte das atribuições da Comissão de Participação Popular”. O vereador Flávio de Almeida registrou: “não, faz não; todas as comissões têm que estar presentes”. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente, sob a proteção de Deus, declarou encerrada a reunião. \_\_\_\_\_